



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 10115090 - SG-GSG-CG

SEI!TJPR Nº 0029309-53.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10115090

ATA DA SESSÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO PARA ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro (29.01.2024), às 9h45min., na Sala “Des. Clotário Portugal”, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor **Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen**, transmitida por vídeo conferência por meio da plataforma de compartilhamento de vídeos do YouTube, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras: **Telmo Cherem, Carvílio da Silveira Filho, Jorge Wagih Massad, Sônia Regina de Castro, Rogério Luis Nielsen Kanayama, Antonio Renato Strapasson, Eugênio Achille Grandinetti, Lauri Caetano da Silva, Carlos Mansur Arida, Hayton Lee Swain Filho, Luiz Mateus de Lima, Guilherme Luiz Gomes, Fernando Wolff Bodziak, Jucimar Novochadlo, Abraham Lincoln Merheb Calixto, Stewalt Camargo Filho, Maria Aparecida Blanco de Lima, Lidia Matiko Maejima, Salvatore Antonio Astuti, Gamaliel Seme Scaff, Jorge de Oliveira Vargas, Luiz Taro Oyama, Joeci Machado Camargo, Luís Carlos Xavier, Domingos José Perfetto, José Laurindo de Souza Netto, Luiz Antonio Barry, Celso Jair Mainardi, Ivanise Maria Tratz Martins, Lenice Bodstein, Marcelo Gobbo Dalla Dea, Espedito Reis do Amaral, Denise Kruger Pereira, José Hipólito Xavier da Silva, Luis Sérgio Swiech, Rui Portugal Bacellar Filho, Fernando Paulino da Silva Wolff Filho, Roberto Portugal Bacellar, Lilian Romero, Fernando Antonio Prazeres, Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, Josély Dittrich Ribas, Mário Luiz Ramidoff, Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, Roberto Antonio Massaro, Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, Rogério Ribas, Joscélito Giovanni Cé, Eduardo Augusto Salomão Cambi, Antonio Carlos Ribeiro Martins, Rosaldo Elias Pacagnan, Alexandre Barbosa Fabiani, Luiz Henrique Miranda, Luciano Carrasco Falavinha Souza, Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, Francisco Cardozo Oliveira, Andrei de Oliveira Rech, José Américo Penteado de Carvalho, Ana Claudia Finger, Maria Lucia de Paula Espindola, Angela Maria Machado Costa e Sergio Luiz Kreuz.** Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras: **Marcus Vinícius de Lacerda Costa, Maria José de Toledo Marcondes Teixeira, Lauro Laertes de Oliveira, Hamilton Mussi Corrêa, Miguel Kfoury Neto, Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima, José Maurício Pinto de Almeida, Luiz Carlos Gabardo, Leonel Cunha, Paulo Cezar Bellio, Shiroshi Yendo, Renato Naves**

Barcellos, José Joaquim Guimarães da Costa, José Carlos Dalacqua, Ruy Muggiati, João Domingos Küster Puppi, Rosana Andriquetto de Carvalho, Adalberto Jorge Xisto Pereira, Francisco Luiz Macedo Junior, Mario Helton Jorge, D'artagnan Serpa Sá, Ângela Khury, José Sebastião Fagundes Cunha, Luiz Osório Moraes Panza, Sérgio Roberto Nóbrega Rolanski, Renato Lopes de Paiva, Albino Jacomel Guérios, Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, Tito Campos de Paula, Luiz Cezar Nicolau, Luís Cesar de Paula Espíndola, Eduardo Casagrande Sarrão, Clayton de Albuquerque Maranhão, Octavio Campos Fischer, Fábio Haick Dalla Vecchia, Gilberto Ferreira, Vitor Roberto Silva, Sigurd Roberto Bengtsson, Marcos Sergio Galliano Daros, Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Guilherme Freire de Barros Teixeira, Ana Lúcia Lourenço, Péricles Bellusci de Batista Pereira, Mario Nini Azzolini, Themis de Almeida Furquim, Fernando Ferreira de Moraes, Ramon de Medeiros Nogueira, Marco Antonio Antoniassi, João Antônio De Marchi, Rogério Etzel, Priscilla Placha Sá, José Camacho Santos, Fabian Schweitzer, Elizabeth Maria de França Rocha, Naor Ribeiro de Macedo Neto, Claudio Smirne Diniz, Fábio André Santos Muniz, Fabio Marcondes Leite, Ruy Alves Henriques Filho, Hamilton Rafael Marins Schwartz, Cristiane Tereza Willy Ferrari, Luciana Carneiro de Lara e Irajá Pigatto Ribeiro. Inicialmente, pelo Mestre de Cerimônias, foi feita a audiodescrição do ambiente em que se deu a presente sessão: *“O ambiente em que nos encontramos é bastante amplo. À frente da porta de entrada temos uma rampa à direita e uma à esquerda que direcionam para o auditório que possui capacidade para 386 pessoas. Com poltronas de estofamento vermelho e piso em carpet bege. À frente do auditório se encontram seis mesas semiovais de madeira escura, três ao lado direito, três ao lado esquerdo. No total, as cadeiras que acompanham estas mesas podem acomodar os 130 desembargadores desta corte. Centralizado neste ambiente se encontra um tapete vermelho decorado; nas laterais deste tapete, em cadeira de madeira com estofado preto, se assentam seis autoridades que serão nominadas oportunamente; à frente deste tapete também é possível encontrar os instrumentos musicais que serão utilizados na apresentação cultural que haverá no decorrer do evento; ao fundo deste salão há um lambril de madeira escura com um crucifixo de parede afixado em seu centro; acima deste lambril há um painel eletrônico que neste momento projeta a imagem capturada pelas câmeras para transmissão ao vivo; à frente deste lambril se encontra a mesa principal onde as 11 autoridades presentes, que serão nominadas oportunamente, se encontram assentadas em cadeiras de estofado preto; a bandeira do Brasil está posicionada à direita desta mesa, enquanto a bandeira do Paraná está posicionada à esquerda; um arranjo de flores localiza-se à frente da mesa principal; à direita desta mesa, próximo à bandeira do Brasil, se encontra uma Tribuna de madeira escura onde eu, um homem branco de 38 anos, com altura mediana barba e cabelos curtos pretos, com óculos e vestindo um terno preto com camisa cinza e gravata azul petróleo, me encontro posicionado”.* Após, passou à palavra ao Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para abertura da solenidade, que agradecendo a presença de todos declarou aberta a sessão solene do Egrégio Tribunal Pleno do início do ano judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Seguindo, pelo mestre de cerimônias, foi nominada a mesa de honra, composta pelas seguintes autoridades: Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Edson Fachin; Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen; Procurador-Geral do Estado do Paraná, Doutor Luciano Borges, nesta

ocasião representando o Governo do Estado do Paraná; Deputado Federal Hussein Bakri; Presidente Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva; Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Desembargador Célio Horst Waldraff; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gilberto Giacoia; Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, Doutor Henrique Gaede, nesta ocasião representando a OAB-PR; Defensora Pública-Geral em exercício, Doutora Olenka Lins e Silva. O Mestre de Cerimônias agradeceu a presença da cúpula diretiva - 1ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargadora Joeci Machado Camargo, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Fernando Prazeres; Corregedor da Justiça, Desembargador Roberto Antônio Massaro. Desembargador Telmo Cherem, decano desta Corte, na pessoa de quem foram cumprimentamos todos os Desembargadores e todas as Desembargadoras que também prestigiam a solenidade. Foram registradas as presenças das autoridades que compõem a extensão da mesa principal: Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Santin Roveda; Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Ricardo Barros; Ex-Governadora do Paraná, Cida Borghetti; Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Doutor Marcel Ferreira dos Santos; Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Edson José de Vasconcelos e Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Agradeceu, ainda, a presença do vereador Dalton Borba, nesta ocasião representando a presidência da Câmara Municipal de Curitiba; ao Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Paraná, Doutor Osvaldo Canela Júnior e a presença da Chefe de Gabinete da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Doutora Aline Betenheuser, representando nesta ocasião a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa. Registrou, ainda, a participação dos Juízes Auxiliares da Presidência, Doutora Fernanda Karam de Chueiri Sanchez, Doutor Antônio Franco Ferreira da Costa Neto, Doutor César Ghizoni e Doutora Letícia Marina Conte. Agradeceu a presença do Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, Doutor José Luiz Faria de Macedo Filho, na pessoa de quem agradeceu a presença de todos servidores e de todas servidoras do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Agradeceu, ainda, as demais autoridades civis, militares, dos poderes legislativo, executivo, secretários, diretores, servidores e convidados que prestigiam a cerimônia. Em seguida, todos foram convidados para, em posição de respeito, ouvirem o Hino Nacional. A seguir, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, **Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen**, fez uso da palavra: “*Senhoras e senhores, é com grande honra que hoje nós nos encontramos retomando a uma antiga tradição desta Corte, que é exatamente a cerimônia de abertura do ano judiciário. Eu quero agradecer penhorado a presença do Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Edson Fachin, que muito nos honra com sua presença e prestígio a esta Corte; saudar o Doutor Luciano Borges, nesta ocasião representando o Governo do Estado do Paraná; saudar ao Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, digníssimo Presidente do Tribunal Federal da 4ª Região; saudar ao Deputado Hussein Bakri, representando a Assembleia Legislativa, ele que é líder do Governo na Assembleia; também saudar a presença do Desembargador Célio Horst Waldraff, ele que é Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - sempre uma honra recebê-lo; saudar o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Fernando Augusto Melo Guimarães; saudar Sua Excelência o Deputado Ricardo Barros, Secretário da*

Indústria, Comércio e Serviços; o Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Doutor Gilberto Giacoia, na pessoa de quem saúdo todos os membros do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Paraná; também quero saudar o Doutor Henrique Gaede, que nesta ocasião representa a OAB-PR, uma grande honra recebê-lo; também quero fazer menção especial a nossa Subdefensora Pública-Geral Doutora Olenka Lins e Silva; e nas pessoas que compõe a mesa estendida, o Doutor Edson Vasconcelos, Presidente da Federação das Indústrias; Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Paraná, que muito nos honra com sua presença, ele que tomou o posse agora na sexta-feira, infelizmente nós não pudemos estar presentes à posse do Doutor Marcel Ferreira dos Santos, mas aproveito, mais uma vez, para desejar-lhe pleno êxito em sua missão - uma honra tê-lo aqui conosco, assim como Santin Roveda, que é o nosso Secretário de Justiça. Senhores Desembargadores, Senhoras Desembargadoras, Desembargadores de ontem, de hoje, de sempre, que se fazem presentes aqui; também, Senhoras Juízas, Juízes, Servidoras, Servidores, é um momento de muita alegria para nós retomarmos a esta tradição; tradição que passa pelo reconhecimento e pelo agradecimento por estar nesta solenidade Sua Excelência o Ministro Edson Fachin, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e que, em suas próprias palavras, é nascido riograndense e feito paranaense. Não só levou ao Supremo Tribunal Federal a personalidade e a singularidade do nosso Estado, como Sua Excelência imprimiu e segue imprimindo em sua atuação jurisdicional, a noção de humanidade e sensibilidade, reflexo da sua essência como ser humano, sempre preocupado e direcionado à construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática. É inegável para todos que tem o privilégio de conhecê-lo que por onde passa, com sua gentileza e educação, o Ministro angaria admiradores e amigos; sem contar que a cada palestra que participamos ou a cada texto que temos o privilégio de ler, todos passamos a ser alunos do professor Fachin, que como sempre é dito por ele, é o cargo pelo qual ele mais gosta de ser intitulado, uma vez que lecionou na nossa respeitadíssima Universidade Federal do Paraná por 30 anos, então quero pedir, inicialmente, uma salva de palmas ao nosso professor e emérito Ministro. Sinta-se abraçado e acolhido mais uma vez em nossa casa. Senhoras e senhores, ao iniciarmos mais um ano judiciário reafirmamos nossa parceria institucional com os demais poderes executivo e legislativo, assim como, com o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas, a Advocacia Pública, entre outras instituições públicas e privadas, para que possamos caminhar sempre juntos de forma harmoniosa, respeitando a independência de cada qual em prol da Justiça de nosso pujante estado e do nosso grande país. Ao completarmos um ano à frente da Presidência do egrégio Tribunal de Justiça, reafirmamos que temos a missão de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, de qualidade, célere, com vistas a solucionar conflitos e promover a pacificação social. Ainda, pautados na transparência ética e inovação, buscamos ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos Judiciários, de modo que todos tenham orgulho e confiança em nossa instituição. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, senhores e senhoras, possui uma estrutura formada por 163 comarcas, 855 unidades judiciárias, 754 serventias judiciais, 1089 serventias extrajudiciais, 230 edificações, o que nos permite concluir que o judiciário paranaense está presente em todos os rincões do Estado do Paraná. A nossa egrégia Corte emprega, de forma direta, mais de 25.000 pessoas e a partir de dados colhidos pelo Conselho Nacional de Justiça destaco, dentre outros pontos positivos, o aumento significativo na produtividade de nossos magistrados e servidores

entre 2021 e 2023. Em relação aos magistrados paranaenses o aumento foi de quase 20%; em relação aos servidores, andou próximo na casa dos 15%. Isto demonstra o comprometimento dos magistrados e servidores em fazer justiça com agilidade e presteza. Esses dados se refletem nos processos diretamente. Em 2023, eminente Ministro Fachin, foram ajuizados mais de 1,5 milhão de processos e o mesmo número foi baixado pela justiça paranaense. E tem mais, foram proferidas quase 2 milhões de sentenças e 3 milhões de decisões interlocutórias; em relação ao tempo médio de julgamento dos feitos destaca--se a redução no período 2021 a 2023 de 3 anos para 2 anos e 1 mês, o que demonstra ganhos reais de eficiência no período. Todos os dados apresentados corroboram o esforço colaborativo de magistrados e servidores. E tal agir teve seu reconhecimento em 2023 pelo quarto ano consecutivo, por meio do prêmio CNJ de qualidade categoria ouro, o qual reafirmou a condição de melhor Tribunal de Justiça do país dentre os tribunais de grande porte, atestando a excelência do trabalho, mais uma vez repito, de magistrados e servidores em prol do povo paranaense. Agora destacarei algumas ações e projetos concretizados neste primeiro ano de gestão e serei breve. Um dos principais objetivos da nossa gestão era realizar uma ampla reforma administrativa no Tribunal, a fim de possuímos uma estrutura organizacional mais moderna, descentralizada e eficaz; foram mais de 150 horas de trabalho colaborativo entre gestores de diversos setores do tribunal, discutindo o melhor formato para a referida reestruturação. Iniciados os estudos desde os primeiros dias da gestão, em setembro de 2023 o anteprojeto de reforma foi enviado à apreciação do colendo Órgão Especial, tendo sido aprovado por unanimidade; assim, no mesmo mês, o anteprojeto foi encaminhado à douta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo sido aprovado por ampla maioria. Em 13 de dezembro tivemos a concretização da reforma com a sanção da Lei 28.811 pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Júnior, que tem sido sensível aos temas relativos ao Poder Judiciário e que, infelizmente hoje, devido a compromissos previamente assumidos, não pode estar presente aqui, mas somos lhe muito gratos por todo o apoio que temos recebido. Assim contando, exclusivamente, com a inteligência de nossos servidores e servidoras e do apoio dos mais poderes, conseguimos um feito histórico, aprovarmos a 'Reforma Administrativa Marcos Cristo', nominada em homenagem ao saudoso colega Marcos Vinícius Cristo, Juiz Auxiliar da Presidência, que tanto colaborou para o desenvolvimento do projeto, falecido precocemente em novembro do ano passado. Com a reforma foi reformulada a estrutura administrativa do Tribunal, criando-se um novo nível hierárquico, com moderna organização de fluxos e processos. A presidência passa a concentrar seu trabalho na gestão e planejamento, enquanto as secretarias temáticas serão responsáveis pela execução e administração com vistas a uma administração ágil e eficiente; em paralelo a esta importante iniciativa desenvolvemos o maior programa de integridade em execução dentre os tribunais do país, sendo que o lema da campanha 'Integridade a Gente Constrói Todo Dia' tornou-se um mantra na nossa instituição, constituindo-se num feixe de ações desta Corte a demonstrar o comprometimento de todos nós com os valores éticos institucionais. Em relação à estrutura física do Tribunal, a Secretaria de Infraestrutura desenvolveu um novo padrão construtivo para as edificações forenses e administrativas, adequando-as à nova realidade dos processos de trabalho do judiciário paranaense, de forma a contemplar o impacto do uso cada vez mais acentuado de tecnologias, do teletrabalho, da digitalização e virtualização dos processos. Em 2023 foram licitados 15 novos fóruns seguindo o novo padrão construtivo do Tribunal de Justiça, gerando uma economia aos cofres públicos de mais de 100 milhões de reais.

No âmbito da gestão de pessoas, lançamos o “Programa de Preparação para Aposentadoria – Preparar” destinado a magistrados e servidores do Tribunal; o programa tem como principais diretrizes o conhecimento previdenciário, o planejamento financeiro e o preparo da saúde física e mental, para que magistrados e servidores possam desfrutar de suas aposentadorias com segurança financeira e qualidade de vida. Também, a Secretaria de Gestão de Pessoas juntamente com a Coordenadoria de Saúde do nosso tribunal ampliou serviços de modo a garantir o apoio à saúde física e mental dos nossos colaboradores, tudo com vistas à redução do absenteísmo e a plena capacidade de trabalho de todos e todas. A Escola Judicial do Tribunal realizou inúmeros seminários, encontros, congressos no âmbito nacional e internacional, tendo entregue mais de 15.000 certificados cumprindo a nossa meta de promoção do conhecimento jurídico. O Programa de Residência Jurídica, uma novidade para o nosso judiciário, já se encontra em fase final de implantação; será um grande investimento nas novas gerações de magistrados e servidores; poderão participar bacharéis em direitos formados há no máximo 5 anos e que estejam matriculados em cursos de especialização *latu senso*, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; o Residente Jurídico será orientado por um magistrado e ficará sob a supervisão pedagógica da Escola Judicial do Paraná, devendo participar de atividades e eventos organizados pela instituição. A Secretaria de Tecnologia da Informação produziu muitas entregas importantes neste primeiro ano, com destaque ao App de assinatura de atos processuais por celular e os dois primeiros programas de Inteligência Artificial Generativa e Dominada, importante que se diga, do Brasil, nas áreas de pesquisa junto aos pareceres do Natjus e, na semana passada no Encontro do Conselho de Presidentes do Brasil, lançamos a nossa ferramenta Jurisprudência GPT, colocando o nosso Tribunal na vanguarda dos avanços tecnológicos de pesquisa, bem ciente dos cuidados éticos que essas tecnologias impõe; muito mais foi feito, muitos projetos estamos realizando e somos referência nacional em muitos deles, mas não pretendo cansar os eminentes colegas, servidores e demais presentes, entretanto desde já saliento que em breve estará disponível para consulta nosso relatório de gestão relativa 2023 em que todas as ações concretizadas estarão devidamente descritas; neste ano judiciário que se inicia o compromisso é continuarmos na trilha do comprometimento institucional por mais eficiência no aprimoramento de sistemas, na preparação profissional e humana, na ética e na integridade, na ampliação e facilitação do acesso à justiça, especialmente aos mais necessitados. Em três séculos da presença da Justiça togada na Terra das Araucárias e em mais de 132 anos de existência do Tribunal de Justiça do Paraná construímos a história do Judiciário Paranaense, superando desafios, aprendendo valorosas lições e fortalecendo laços com as instituições araucarianas e brasileiras. Que Deus Pai continue nos abençoando com muita saúde, inteligência, sabedoria e perseverança para fazermos a melhor justiça. Um excelente ano judiciário para todos nós. Muito obrigado.” Depois, foi dada a palavra ao Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Sessão Paraná, **Doutor Henrique Gaede**, representando a OAB/PR, que se manifestou nos seguintes termos: “Muito bom dia a todos e todas. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, ilustre Presidente desse egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e também na pessoa do Excelentíssimo Ministro Luiz Edson Fachin, orgulho do Paraná na nossa corte Suprema. Trago, em especial para a magistratura, a saudação da Presidente Marilena Winter, que não pode aqui em função de outros compromissos na representação da advocacia Paranaense. É uma alegria partilhar desta solenidade de abertura do

ano judiciário, um momento que tem a marca da esperança. Carlos Drumond de Andrade foi muito feliz ao classificar no poema 'O Tempo' como genial a ideia de fatiar o ano em 12 partes; depois de entregarmos os pontos em dezembro entra, como ele definiu, o milagre da renovação. Assim com renovado ânimo, todos nós que atuamos no sistema de justiça, reafirmamos nesse início de 2024 o nosso compromisso de trabalhar pela justiça e pelo bem comum. Como porta-voz da advocacia paranaense me cabe agradecer pela atenção dada por essa Corte aos pleitos da classe, como a retomada plena do atendimento presencial na justiça estadual e a orientação para que os magistrados observem quando da conversão da audiência virtual em presencial, a necessidade de intimação prévia das partes e dos advogados com suficiente antecedência, de modo que todos possam planejar seus deslocamentos e agendas de compromisso. Aproveito para reiterar nosso apelo por investimentos no primeiro grau de jurisdição; é afinal nessa esfera que a justiça está mais perto do cidadão, é o que dá sentido à estrutura do judiciário e a todos os esforços para o seu bom andamento. Seguiremos com o Observatório da Justiça, identificando e mapeando situações concretas que mereçam atenção sempre no sentido de buscar soluções pelo diálogo interinstitucional, tão bem pavimentado, tendo como meta a melhoria do sistema; que possamos todos fazer a diferença tornando o Paraná um estado cada vez mais marcado pela justiça, pela paz social e pelo respeito à cidadania consagrada em nossa Constituição Federal; que tenhamos mais um ano de muito trabalho e que no final dele possamos comemorar novas conquistas e, nos dizeres de Drumond, celebrarmos mais uma vez o milagre da renovação. Muito obrigado." Dando continuidade, falou o Procurador-Geral de Justiça, **Doutor Gilberto Giacoia**: "Ministro Fachin, Presidente Keppen, abraços em extensão a todas e todos que participam deste importante evento. É pertinente o texto poético de Quintana para essa data: - 'Quando abro a cada manhã a janela do meu quarto é como se abrisse o mesmo livro numa página nova' - abre-se então uma nova página na gloriosa história, neste volumoso tomo do Judiciário Paranaense. Enalteço o Presidente Keppen, exemplo de pessoa humana, modelo de homem da justiça, pela feliz iniciativa de trazer de volta a necessária liturgia do judiciário; iniciativa de abertura solene do ano judiciário, num momento muito delicado porque toldado de nuvens no horizonte internacional e nacional, sacudido pelas ideologias mais truculentas, pautados por extremismos, radicalismos sem igual, por movimentos que buscam a cada dia, insistentemente, desgastar a imagem do judiciário e de resto, das instituições do sistema de Justiça; resistir é preciso, enfrentar o desafio com togas de honra, inteligências luminares como as do judiciário paranaense que se projeta no Supremo Tribunal Federal pela pena corajosa do ministro Luiz Edson Fachin. É preciso viver a cada dia da justiça como se fosse o último; é da filosofia budista que só existem dois dias no ano em que nada pode ser feito, um se chama ontem e o outro amanhã; portanto hoje é o dia certo para amar, para acreditar, mas principalmente para viver o ideal da justiça, primado da pessoa humana, defender a dignidade das pessoas que honram a Terra das Araucárias e como último reduto de esperança, confiam e depositam a semente da esperança na justiça; que o trabalho do judiciário e das instituições de justiça aqui possam ao menos fecundar, abrir nossos braços, nossos olhos e ouvidos para ouvir o clamor da desgraça desse povo brasileiro que ainda está a habitar os corredores da violência, portando o estigma da dor do sofrimento que lhe desfigura o corpo esquelético, torna ele débil o gemido de seu sofrimento, empalidece as suas mãos, mas que continua por elas a depositar a semente da esperança na justiça. Presidente Keppen, trago pelo Ministério Público, portanto, o sentimento de esperança de que nesse ano judiciário, mais uma

vez, pelo pujante trabalho dos seus juízes e daqueles que integram as instituições do sistema de justiça, ouviremos o dia certo como na advertência de Kolody, 'sem aviso o vento vira a página da vida' e talvez com a expressão mais forte do ativista Luther King, 'a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar'. Que o Deus de todas as fés, que é Deus do amor, mas é também Deus da justiça, é do amor incondicional, mas é da dualidade Divina, da imparcialidade do justo, possa continuar iluminando o judiciário do Paraná. Muito obrigado." O Desembargador Presidente, Luiz Fernando Keppen agradeceu as palavras da Ordem dos Advogados do Brasil que foram proferidas e, também, do Ministério Público do Estado do Paraná, respectivamente, pelo Douto Advogado Henrique Gaede e pelo Procurador-Geral de Justiça, Gilberto Giacoia, passando a palavra a Sua Excelência o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, **Ministro Luiz Edson Fachin**, que se pronunciou conforme segue: *Senhoras e senhores, dirijo-me à magistratura da terra de Ubaldino do Amaral, primeiro ministro paranaense no Supremo Tribunal Federal, dirijo-me às mentes e corações que aqui estão presentes saudando Sua Excelência o Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, que honra a magistratura paranaense, além de ser um gestor de mão cheia, como pude pessoalmente ver na reunião do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil, estavam 25 dos 27 presidentes e dois vice-presidentes presentes e Sua Excelência fez a demonstração desta pujança e do avanço tecnológico desse Tribunal ao apresentar a ferramenta de busca de jurisprudência que pude, não apenas ver, mas diante de um computador com os técnicos aqui do Tribunal, pude praticar fazendo algumas buscas, claro, privilegiando o Direito Civil, que é a mãe de todos os demais ramos do direito e portanto, Senhor Presidente Desembargador Keppen, receba nossos cumprimentos pela gestão. Vossa Excelência sabe que acedi prontamente o convite para aqui estar e o faço com muita honra. Saúdo, também, Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral de Justiça Doutor Gilberto Giacoia, estimado amigo e cumprimentando, portanto, o Ministério Público; saúdo a briososa advocacia paranaense, Doutor Gaede leve nossos cumprimentos a Sua Excelência Presidente Marilena Winter; saúdo, também, a importante Defensoria Pública do Estado do Paraná; quero, também, saudar em nome do Poder Legislativo Sua Excelência o Deputado Hussein Bakri que aqui se encontra para honra de todos nós, bem como, a administração do Estado do Paraná, aqui representada nesta mesa por Sua Excelência Doutor Luciano Borges, Procurador-Geral do Estado do Paraná, carreira da qual tive a honra de por longos anos também integrar; cumprimento Sua Excelência o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem assim, meus diletos amigos Desembargador Fernando Quadros, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que teve abnegação num dado momento de colocar a sua inteligência à disposição de nosso gabinete no Supremo Tribunal Federal e ombreou comigo alguns afazeres e, portanto, agora de público renovo ao Desembargador Fernando os meus sinceros agradecimentos. E ao professor Célio Waldruff, Desembargador Presidente, Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, a quem estimo os melhores votos de sucesso na empreitada que lhe aguarda. Saúdo as Senhoras Desembargadoras, Senhores Desembargadores, peço licença de modo especial para saudar, também, Sua Excelência o decano desse Tribunal, Desembargador Professor Telmo Cherem, professor de todos nós, que com muita alegria sempre guardo na memória o meu ingresso na carreira docente examinado por Sua Excelência na Pontifícia Universidade Católica do Paraná com uma pergunta que me guia até hoje sobre a diferença entre*

ato jurídico sentido estrito e negócio jurídico, portanto, algumas décadas fazem e boas perguntas perduram para sempre; peço licença, também, para fazer uma homenagem a esse patrimônio imaterial e intangível do povo paranaense que é a Universidade Federal do Paraná e aqui vejo o meu colega professor, que também foi meu professor, Luís Fernando Coelho, que faço uma especial saudação. Saúdo, portanto, todas as autoridades presentes e expresso meus respeitos nesta brevíssima alocução que faço ao início do ano judiciário de 2024. Um passo alargado no tempo pode dar a dimensão real do que vivemos e dos seus desafios; peço licença para tomar dois exemplos a partir do Paraná: - o primeiro deles, o de Araci Guimarães Rosa, brasileira conhecida como Anjo de Hamburgo, é a paranaense que ajudou judeus a entrarem no Brasil no final da década de 1930 e foi casada com o escritor João Guimarães Rosa; essa importante paranaense que então se chamava Araci Carvalho, nascida em 1908 em Rio Negro, filha de mãe alemã, mudou-se mais tarde para a Alemanha onde se estabeleceu em Hamburgo, cidade que por coincidência, quando tirei um período sabático em 2012 lá fui morar por algum período a convite do Instituto Max Planck de Hamburgo; naquele consulado a paranaense Araci chefiou a sessão de passaportes do consulado brasileiro e lá conheceu o escritor João Guimarães Rosa que servia o Ministério das Relações Exteriores na Alemanha e, portanto, mais tarde vieram a casar-se; Araci aquela função de chefe da sessão de passaportes, essa rio-negrense, teve uma atuação destacada em prol da humanidade, em prol do sentido maior da justiça, e tem recebido mundo afora merecidas homenagens pela atuação diante do holocausto. O segundo exemplo que me permito citar de atuação intemorata nas horas mais difíceis, o segundo exemplo reconecta o Brasil a Portugal, nada obstante os eventos, tenham se dado na França; refiro-me ao Cônsul português Aristides de Souza Mendes, que foi aluno em Coimbra, ingressou na carreira diplomática e além de ter oficiado em Bordeaux, serviu aqui nesta cidade de Curitiba, cidade esta que com justiça, muito tempo não faz, homenageou devidamente aqui na capital do Estado do Paraná. A presença do Doutor Aristides de Souza Mendes em Curitiba também faz essa ponte com uma pessoa intemorata que em condições adversas atuou de maneira destemida; era então depois de ter passado por Curitiba, esteve em outras cidades como São Francisco, nos Estados Unidos, foi servir em Bordeaux ou Bordeus, como dizem os portugueses, e ali no ano da invasão da França pela Alemanha desafiou ordens expressas de quem governava então o seu país Portugal e concedeu em poucos dias milhares de vistos de entrada em Portugal a refugiados de várias nacionalidades, inclusive cientistas que depois se notabilizaram no mundo livre. E disse, naqueles dias, Aristides de Souza Mendes, cito entre aspas uma frase dele que considero lapidar: '-tenho que salvar essas pessoas tantas quantas eu puder, porque eu prefiro estar com Deus contra os homens, do que com os homens contra Deus'. O Memorial do Holocausto situado em Jerusalém presta a este Cônsul a homenagem máxima, a ele foi atribuído o título de 'Justo Entre as Nações' e aqui em nossa capital, também com total justiça, o Cônsul tem sido homenageado por sua história de coragem, ousadia. São dois exemplos, Senhor Presidente Desembargador Keppen, senhoras e senhores, que podem servir no início de uma jornada. O Tribunal das Araucárias inicia hoje, o Tribunal do qual faço parte iniciará em poucos dias essa mesma jornada em 2024; são dois exemplos que podem ser luzes de uma atmosfera de integridade, de quem não se dobra ao vento das circunstâncias, ao ozio com firmeza e serenidade e o pleno respeito aos direitos e as liberdades. O desafio de hoje olhando para esse passado é preservar a memória institucionalidade e para tanto, atuação firme e intrépida é o que se espera nessa caminhada, que tenha ela

normalidade e legitimidade, sempre em torno de exigências essenciais que arrolam entre outros fatores o respeito à função vigilante da imprensa e o reconhecimento da crítica e a liberdade para a inteligência discordante. O tempo invoca como condição de possibilidade os conceitos de paz, fraternidade e tolerância; nesse tempo fazer justiça é viver por caminhos plurais e por definição, cambiantes, onde sobra poder, falta Justiça. O estado de direito e a democracia precisam, por isso mesmo, vindicar sempre a obediência às leis, à legalidade democrática, à legalidade constitucional, numa frase cumpre retomar a 'recta ratio' ao direito o que é do direito. Não por outra razão, embora em outro contexto, o esposo da nossa Araci Guimarães Rosa, que aqui estou a denominar como o esposo de Araci, nada obstante a grandiosidade desse fenomenal escritor brasileiro. Guimarães Rosa disse meu caro amigo Hipólito, 'quem elege a busca não recusa a travessia; quem elege a busca não recusa a travessia'. Que os exemplos de Araci Guimarães Rosa e do Cônsul Aristides de Souza Mendes inspirem mentes e corações na jornada que principia; que venha em paz tudo o que 2024 trouxer. Muito Obrigado." A seguir o Quinteto Jaz Cigano, composto pelos músicos André Ribas, Vinícius Araújo, Lucas Miranda, Wagner Bennert e Mateus Azevedo, foi convidado a apresentar canções populares no momento cultural da solenidade de abertura do ano judiciário do Paraná. Após a apresentação do quinteto, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen fez a entrega de uma lembrança à Desembargadora Sônia Regina de Castro em homenagem a todas as mulheres e Desembargadoras presentes. A seguir, todos foram convidados a ouvirem o Hino do Paraná. Por fim, o Mestre de Cerimônias agradeceu, em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a presença das autoridades, senhoras e senhores, secretários secretárias, servidores, servidoras, todos convidados e convidadas que prestigiaram presencial e virtualmente o Poder Judiciário Paranaense, após o que foi encerrada a sessão. Nada mais havendo a constar, Eu, Bacharel José Luiz Faria de Macedo Filho, Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, lavrei a presente ata, que assino juntamente com o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente

Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM	JOSÉ LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO
Presidente do Tribunal de Justiça	Secretário-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO, Secretário-Geral do Tribunal de Justiça**, em 27/02/2024, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, em 28/02/2024, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10115090** e o código CRC **10F29771**.